

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A INVESTIGAÇÃO POLICIAL CONSTITUCIONALIZADA.....	37
1. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO E DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL	37
2. A INVESTIGAÇÃO POLICIAL COMO UM PROCEDIMENTO À LUZ DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	40
3. POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	51
3.1. As atribuições da polícia civil e da polícia federal	54
3.2. Termo de cooperação entre as Polícias Cíveis e Federal.....	56
3.3. As polícias devem adquirir câmeras ou instrumentos GPS para filmar a atuação policial e garantir a constitucionalidade do ato?	58
4. POLÍCIA MILITAR E INVESTIGAÇÃO POLICIAL	59
4.1. A atribuição investigativa da Polícia Civil e a Lei nº 13.491/17.....	63
4.2. Homicídio doloso cometido por policial militar contra civil: atribuição investigativa da Polícia Civil ou da Polícia Militar?	66
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	72
5.1. Poder investigativo do Ministério Público.....	72
5.2. Controle externo da atividade policial	84
5.3. Pode o Ministério Público requisitar a instauração de inquérito policial no curso do Procedimento Investigativo Criminal (PIC)?	91
6. GUARDA MUNICIPAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	94
7. OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DA INVESTIGAÇÃO PARTICULAR: A REPERCUSSÃO DA LEI Nº 13.432/17	101
8. O PODER DE REQUISIÇÃO DOS ADVOGADOS NO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO PARTICULAR	108
9. DIREITO DE GREVE DAS POLÍCIAS CÍVIS E FEDERAL	112
10. UM BREVE DEBATE ACERCA DA PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO	113
11. O ROL DO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A POLÍCIA CIENTÍFICA E SUA RELAÇÃO COM A POLÍCIA CIVIL.....	115
12. ADVOCACIA EM CAUSA PRÓPRIA POR POLICIAL CIVIL OU MILITAR DA ATIVA – LEI Nº 14.365/2022	115
13. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SUA PRESIDÊNCIA POR MEMBRO DO PODER JUDICIÁRIO – INQUÉRITO DAS “FAKE NEWS”	116

CAPÍTULO II**ATUAÇÃO DO DELEGADO DE POLÍCIA NA ATUAL ORDEM CONSTITUCIONAL..... 119**

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CARGO DO DELEGADO DE POLÍCIA E DO INQUÉRITO POLICIAL.....	119
2. O DELEGADO DE POLÍCIA NA ESTRUTURA DA POLÍCIA CIVIL.....	121
3. O DELEGADO DE POLÍCIA NA ATUAL ORDEM CONSTITUCIONAL	124
3.1. A Constituição Federal de 1988 como fundamento de legitimidade da conduta policial: poder discricionário ou poder vinculado?.....	124
3.2. Possibilidade da atuação do delegado de polícia no controle de convencionalidade das leis, na aplicação da teoria da recepção e no controle difuso de constitucionalidade das leis.....	130
3.2.1. Controle difuso de constitucionalidade das leis.....	130
3.2.2. Controle de convencionalidade das leis	133
3.2.3. Teoria da recepção das normas	136
3.3. Carreira jurídica	137
4. O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA.....	140
4.1. Provimento originário precedido por concurso público.....	140
4.2. Capacidade postulatória e representação da autoridade policial por medidas cautelares	141
4.3. Aposentadoria especial	144
4.4. Prisão especial.....	145
5. PRERROGATIVAS DO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA.....	146
5.1. Irredutibilidade de subsídios.....	146
5.2. Estabilidade ou vitaliciedade?.....	147
5.3. Inamovibilidade?	148
5.4. Da autonomia funcional para a independência técnica do Delegado de Polícia: os limites da Corregedoria de Polícia e da ação civil pública por ato de improbidade	150
5.5. Foro por prerrogativa de função	156
5.6. Mesmo tratamento protocolar dos magistrados, membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e advogados.....	157
5.7. O Delegado de Polícia e a sua (dis)função como testemunha na ação penal...	158
6. A FUNDAMENTAÇÃO COMO DEVER CONSTITUCIONAL E BASE DO GARANTISMO ...	160
7. A IMPARCIALIDADE E O DELEGADO DE POLÍCIA	162
7.1. A imparcialidade como dever constitucional para a presidência do inquérito policial.....	162
7.2. O dever de suspeição das autoridades policiais no contexto da imparcialidade....	166
8. ATRIBUIÇÕES DO DELEGADO DE POLÍCIA E A DELIMITAÇÃO DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO.....	168
9. NATUREZA JURÍDICA DA REQUISICÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA CONSEQUÊNCIA PRÁTICA NO INQUÉRITO POLICIAL	170

10. O GABINETE DO DELEGADO DE POLÍCIA E O CRIME DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	176
11. O DELEGADO DE POLÍCIA E O CRIME DE DESOBEDIÊNCIA.....	177

CAPÍTULO III

INQUÉRITO POLICIAL	179
1. A FASE PRÉ-PROCESSUAL DA AÇÃO PENAL.....	179
2. CONCEITO E FINALIDADE DO INQUÉRITO POLICIAL.....	179
3. CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL.....	181
3.1. Administrativo.....	181
3.2. Dispensável?.....	181
3.3. Forma escrita.....	182
3.4. Sigiloso: a análise da súmula vinculante nº 14, o acesso do advogado ao in- quérito policial e a Lei nº 13.245/16.....	183
3.5. Inquisitivo: a atuação do advogado no inquérito policial e a Lei nº 13.245/16	192
3.6. Indisponível.....	201
3.7. Oficial ou oficialidade.....	202
3.8. Tramitação de ofício ou oficiosidade.....	202
3.9. Temporalidade (procedimento temporário).....	202
3.10. Discricionário.....	203
3.11. Informativo.....	203
3.12. Sistemático.....	203
3.13. Unidirecional?.....	204
4. INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL E A <i>NOTITIA CRIMINIS</i>	204
4.1. Ação penal pública incondicionada.....	210
4.2. Ação penal pública condicionada.....	213
4.3. Ação penal privada.....	213
5. O PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	214
5.1. Prazos para a conclusão do inquérito policial e o modo de contagem de tais prazos.....	214
5.2. Relatório conclusivo do inquérito policial.....	219
5.3. Destinatários dos autos do inquérito policial.....	223
5.3.1. Destinatários dos autos do inquérito policial na ação penal pública.....	223
5.3.2. Destinatários dos autos do inquérito policial na ação penal privada	225
5.4. Acordo de não persecução penal.....	226
6. ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO NO INQUÉRITO POLICIAL.....	227
6.1. Regra geral – Art. 6º do CPP.....	227
6.2. A condução coercitiva do indiciado, do investigado ou das testemunhas	231
6.3. A oitiva do indiciado e das testemunhas	236
6.4. A oitiva do policial e o seu valor probatório	243
6.5. O depoimento do médico.....	245
6.6. O depoimento do menor.....	247

6.7.	O depoimento da mulher em situação de violência doméstica ou familiar.....	249
6.8.	O depoimento do índio.....	251
6.9.	Avaliação das coisas relacionadas ao crime.....	251
6.10.	Reconstituição do crime ou reprodução simulada dos fatos.....	252
6.11.	Intervenções corporais.....	254
6.12.	Reconhecimento de pessoas ou coisas e acareações.....	255
6.13.	Apreensão e acesso aos dados do aparelho celular.....	258
6.14.	Rastreamento virtual (ronda virtual) de pornografia infantil pela polícia	259
6.15.	Uso de drones pela polícia: limites e possibilidades	259
6.16.	A problemática questão dos elementos de informação ilegais no inquérito policial.....	260
6.16.1.	A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	261
6.16.2.	A teoria do encontro fortuito das provas (serendipidade ou crime achado).....	266
6.16.3.	Momento de análise e possibilidade de desentranhamento dos elementos de informação ilícitos no curso do inquérito policial	272
7.	CADEIA DE CUSTÓDIA	277
7.1.	Conceito.....	277
7.2.	Procedimento da cadeia de custódia	279
7.3.	Perícia, cadeia de custódia e IA generativa (ChatGPT, Gemini,...).....	280
7.4.	Cadeia de Custódia e a Prova Digital.....	282
7.5.	Cadeia de custódia e o "print screen" de conversas em aplicativos (Whatsapp, Telegram e outros)	283
8.	INDICIAMENTO.....	284
8.1.	Procedimento do ato de indiciamento e o problema do silêncio legislativo	286
8.2.	Formas de indiciamento	287
8.3.	Consequências do indiciamento.....	287
8.4.	O indiciamento na hipótese de lavratura do auto de prisão em flagrante delito ...	289
8.5.	Limitações ao indiciamento	289
8.6.	Desindiciamento.....	290
8.7.	Conclusão do inquérito policial sem indiciamento.....	291
9.	IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	292
9.1.	Identificação civil e identificação criminal.....	292
9.2.	Identificação criminal do menor.....	294
9.3.	Identificação criminal por meio de coleta de material biológico para a obtenção de perfil genético	294
9.4.	Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.....	298
9.5.	Identificação criminal e abuso de autoridade.....	299
10.	INCOMUNICABILIDADE DO PRESO	299
11.	ATUAÇÃO DO MAGISTRADO NO INQUÉRITO POLICIAL E O PROBLEMA RELATIVO AO VALOR PROBATÓRIO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	300

12. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO INQUÉRITO POLICIAL	305
13. COLABORAÇÃO OU DELAÇÃO PREMIADA	305
13.1. Conceito e natureza jurídica	306
13.2. Iniciativa e Procedimento	307
13.3. Requisitos da colaboração premiada.....	309
13.4. Impugnação do acordo de colaboração premiada por coautores ou partícipes....	311
13.5. Consequências da colaboração premiada.....	312
13.6. A questão da constitucionalidade envolvendo a iniciativa do Delegado de Polícia na colaboração premiada	312
13.7. A natureza sigilosa da colaboração premiada.....	317
14. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL	318
14.1. Arquivamento direto e a sistemática do art. 28 do CPP	319
14.1.1. Natureza jurídica da deliberação que determina o arquivamento do inquérito policial e a incidência da coisa julgada	323
14.1.2. Pedido de arquivamento em ação penal privada.....	328
14.1.3. Retratação do pedido de arquivamento pelo Ministério Público	329
14.1.4. Arquivamento direto, juiz absolutamente incompetente e certidão de óbito falsa	329
14.1.5. Arquivamento em caso de violência de gênero	330
14.2. Arquivamento indireto: uma questão que envolve conflito de jurisdição no âmbito do Poder Judiciário e conflito de atribuições entre membros do MP	331
14.2.1. O problema do conflito de jurisdição	331
14.2.2. O problema do conflito de atribuições.....	332
14.3. Arquivamento implícito ou tácito.....	333
14.4. Arquivamento no juizado especial criminal	334
14.5. Arquivamento de inquérito policial na hipótese de atribuição do Procurador-Geral da República ou do Procurador-Geral de Justiça.....	335
14.6. Cabe recurso da decisão judicial que determina o arquivamento do inquérito policial? E mandado de segurança?	336
14.7. O juiz pode arquivar de ofício o inquérito policial?	336
15. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA.....	337
16. <i>HABEAS CORPUS</i> NO CURSO DO INQUÉRITO POLICIAL	340
17. O INQUÉRITO POLICIAL EM FACE DAS AUTORIDADES COM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	342
17.1. Distinguindo entendimentos sobre a incidência do foro por prerrogativa de função entre o STF e o STJ.....	342
17.2. Foros por prerrogativa de função na Constituição Federal	346
17.3. A questão da pertinência temática	350
17.4. Até quando vai o foro por prerrogativa? Cessado ou cassado o mandato, o que ocorrerá com eventual investigação ou ação em trâmite?	352
17.5. Reeleição e mandatos (sucessivos e/ou distintos).....	353
17.6. Coautoria e foro por prerrogativa de função	355

17.7. Foro por prerrogativa e aplicação do art. 221 do CPP	356
17.8. Delegado de Polícia pode investigar ou indiciar magistrado e membro do Ministério Público?.....	356
18. PRIORIDADES OU PREFERÊNCIAS NAS TRAMITAÇÕES EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS.....	361
19. INVESTIGAÇÃO EM FACE DE AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	362
20. RECONHECIDA A REPERCUSSÃO GERAL DE UMA QUESTÃO PELO STF, É POSSÍVEL A SUSPENSÃO DO TRÂMITE DO INQUÉRITO POLICIAL?.....	364
21. MODELOS	365
21.1. Portaria de instauração de inquérito policial.....	365
21.2. Mandado de intimação.....	366
21.3. Depoimento das testemunhas e vítimas.....	367
21.4. Depoimento sigiloso.....	367
21.5. Interrogatório do suposto autor do fato.....	369
21.6. Ordem de serviço.....	369
21.7. Decisão de indiciamento.....	370
21.8. Relatório conclusivo do inquérito policial (com ou sem indiciamento, no CPP ou na Lei de Drogas)	370

CAPÍTULO IV

A NOVA SISTEMÁTICA DA PRISÃO EM FLAGRANTE.....	375
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	375
2. CONCEITO	377
3. NATUREZA JURÍDICA.....	378
4. FUNDAMENTO NORMATIVO.....	382
4.1. Constitucional.....	382
4.2. Convencional	383
4.3. Legal.....	383
5. TIPICIDADE TAXATIVA DAS HIPÓTESES DE FLAGRÂNCIA.....	384
5.1. Flagrante próprio ou real.....	385
5.2. Flagrante impróprio ou irreal.....	386
5.3. Flagrante presumido	387
6. SUJEITOS DA PRISÃO EM FLAGRANTE	388
6.1. Sujeito ativo.....	388
6.1.1. Flagrante facultativo	389
6.1.2. Flagrante necessário	389
6.2. Sujeito passivo.....	390
6.2.1. Imunidades pessoais absolutas à prisão em flagrante.....	390
6.2.2. Imunidades pessoais relativas à prisão em flagrante.....	392
7. PRAZO PARA A LAVRATURA E REMESSA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE...	393
8. COMPETÊNCIA PARA A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	394

9.	PRISÃO EM FLAGRANTE SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA.....	395
9.1.	Flagrante esperado.....	395
9.2.	Flagrante preparado, provocado, delito de experiência, de ensaio ou putativo por obra do agente provocador	396
9.3.	Flagrante forjado	402
9.4.	Flagrante postergado, diferido, retardado ou ação controlada.....	402
10.	QUESTÕES PECULIARES DA PRISÃO EM FLAGRANTE	405
10.1.	Crime permanente	405
10.2.	Crime habitual.....	407
10.3.	Crime continuado.....	408
10.4.	Infrações penais de menor potencial ofensivo	409
10.5.	Violência doméstica e familiar contra a mulher	410
10.6.	Lei de drogas	413
10.7.	Acidentes de trânsito que resulte vítima	414
10.8.	Crimes de ação penal pública condicionada à representação e de ação penal privada	415
10.9.	Violência doméstica e familiar contra criança e adolescente	417
11.	PRISÃO EM FLAGRANTE DE:	418
11.1.	Senadores, deputados federais, estaduais e distritais.....	418
11.2.	Agentes consulares	419
11.3.	Membros da magistratura e do Ministério Público	419
11.4.	Advogados, Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil	422
11.5.	Outros sujeitos com foro especial por prerrogativa de função.....	423
11.6.	Militares	423
11.7.	Adolescentes	424
12.	PRISÃO EM FLAGRANTE FORA DO <i>LOCUS DELICTI</i>	424
13.	APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA E PRISÃO EM FLAGRANTE	425
14.	PRISÃO EM FLAGRANTE E USO PROGRESSIVO DA FORÇA.....	428
15.	PRISÃO EM FLAGRANTE E USO DE ALGEMAS.....	429
16.	FORMALIDADES DA LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	436
16.1.	Fundamentação da justa causa para a prisão em flagrante e da tipificação da conduta.....	437
16.2.	Oitiva do condutor	442
16.3.	Oitiva das testemunhas.....	443
16.4.	Oitiva da vítima	443
16.5.	Oitiva do conduzido	443
16.6.	Despacho de atos ordinatórios do APF	447
16.7.	Nota de ciência dos direitos e garantias constitucionais.....	449
16.8.	Nota de “culpa” ou de imputação prévia.....	454
16.9.	Comunicação à família ou à pessoa indicada	455

16.10. Comunicação e encaminhamento do auto de prisão em flagrante ao juiz.....	455
16.11. Comunicação e encaminhamento do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública.....	458
16.12. Comunicação e encaminhamento do auto de prisão em flagrante ao membro do Ministério Público	459
16.13. Casos específicos de comunicação da prisão em flagrante	459
16.14. Audiência de garantia ou de custódia	461
16.14.1. Considerações preambulares	461
16.14.2. Debates institucionais: argumentos contrários à audiência de garantia.....	463
16.14.3. Análise crítica dos argumentos contrários e tentativa de refutação.....	466
16.14.3.1. Finalidade	466
16.14.3.2. Âmbito de incidência	467
16.14.3.3. Exigibilidade imediata	469
16.14.3.4. Competência para presidir a audiência de garantia.....	470
16.14.3.5. Desconfiança democrática.....	472
16.14.3.6. Carência estrutural e interpretação dos direitos fundamentais ao avesso.....	474
16.14.3.7. Direito do preso de mentir	475
16.14.3.8. Argumentos fortes	476
16.14.3.8.1. Consequências da não apresentação do preso	476
16.14.3.8.2. Interrogatório do preso como meio de prova.....	477
16.14.3.8.3. Prazo	477
16.14.3.8.4. Audiência de garantia por videoconferência	479
16.14.4. Boas práticas	480
16.14.5. Contraditório antecipado	483
16.14.6. Audiência de custódia de parlamentares com foro especial por prerrogativa de função	485
16.14.7. Audiência de custódia de militares	487
17. AFINAL, PODE O DELEGADO DE POLÍCIA RELAXAR A PRISÃO EM FLAGRANTE?.....	488
18. PRISÃO EM FLAGRANTE E FIANÇA	490
19. EXAME DE CORPO DE DELITO DO AUTUADO	498
20. HIPÓTESES EM QUE O DELEGADO DE POLÍCIA PODE(RIA) DEIXAR DE FORMALIZAR A PRISÃO EM FLAGRANTE OU SUBSTITUÍ-LA POR PRISÃO DOMICILIAR	499
20.1. Quando o fato for praticado sob o manto de uma causa excludente de tipicidade, de ilicitude ou de culpabilidade	499
20.2. Quando outras medidas alternativas à prisão forem mais adequadas	503
20.3. Quando não for cabível a prisão preventiva	505
20.4. Quando for cabível a prisão domiciliar	506

21. MODELOS	507
21.1. Auto de prisão em flagrante.....	507
21.2. Despacho de providências no APF	508
21.3. Termo de entrega de preso	509
21.4. Auto de apresentação e apreensão.....	509
21.5. Nota de culpa ou de imputação preliminar	510
21.6. Nota de ciência das garantias constitucionais	510
21.7. Comunicado da prisão à família ou pessoa indicada.....	511
21.8. Termo de entrega ou devolução.....	511
21.9. Comunicação e encaminhamento do APF ao juiz	512
21.10. Comunicação e encaminhamento do APF à Defensoria Pública.....	512
21.11. Comunicação e encaminhamento do APF ao Ministério Público	513
21.12. Comunicação e encaminhamento do APF ao delegado (caso seja outro o que continuará com as investigações).....	513
21.13. Guia de recolhimento	514
21.14. Encaminhamento do APF e do autuado ao estabelecimento prisional onde ficará custodiado	514
21.15. Despacho de arbitramento de fiança.....	515
21.16. Despacho denegatório de fiança.....	515
21.17. Termo de depósito de fiança	515
21.18. Termo de fiança.....	516
21.19. Alvará de soltura	516

CAPÍTULO V

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA – TCO.....	517
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	517
2. CONCEITO	518
3. FUNDAMENTO NORMATIVO.....	519
3.1. Constitucional.....	519
3.2. Legal.....	520
4. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPP.....	521
5. PRINCIPAIS CONCEITOS E INSTITUTOS JURÍDICO-PENAIIS COM RESSONÂNCIA NA ATIVIDADE POLICIAL DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES PENAIIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.....	521
5.1. Infrações penais de menor potencial ofensivo	521
5.1.1. Contravenções penais.....	522
5.1.2. Crimes com pena máxima igual ou inferior a 2 (dois) anos	523
5.2. Autoridade policial	525
5.3. Conexão de infrações penais de menor potencial ofensivo.....	531
5.4. Causas de aumento e de diminuição de pena.....	532
5.5. Concurso material, concurso formal e crime continuado	533

5.6.	Substituição do inquérito policial pelo termo circunstanciado de ocorrência	536
5.7.	Dispensa da formalização da prisão em flagrante e da fiança.....	536
5.8.	Representação e requerimento do ofendido.....	537
5.9.	Violência doméstica e termo circunstanciado	537
5.10.	Termo circunstanciado para crimes com pena superior a dois anos?.....	539
5.10.1.	Na hipótese de crimes de trânsito.....	540
5.10.2.	Na hipótese de crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa	541
6.	FORMALIZAÇÃO DO TCO.....	543
6.1.	Ausência de previsão legal e carência de informações: dificuldades futuras ...	543
6.2.	Uma proposta elementar: prevenindo as dificuldades futuras.....	544
6.3.	Elementos constitutivos do TCO.....	544
7.	REGISTRO DO TCO EM LIVRO PRÓPRIO.....	545
8.	DEVOLUÇÃO DO TCO PARA DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES.....	545
9.	MODELOS	546
9.1.	Termo circunstanciado de ocorrência	546
9.2.	Termo de representação.....	547
9.3.	Termo de compromisso de comparecimento	547

CAPÍTULO VI

APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL 549

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	549
2.	AUTO DE INVESTIGAÇÃO DE ATO INFRACIONAL: CONCEITO	550
3.	FUNDAMENTO NORMATIVO.....	551
3.1.	Constitucional.....	551
3.2.	Convencional	552
3.3.	Legal.....	554
4.	CRIANÇA E ADOLESCENTE	554
5.	ATO INFRACIONAL.....	556
5.1.	Conceito.....	556
5.2.	Estrutura dogmática do ato infracional: tipicidade, antijuridicidade e censurabilidade	556
5.3.	Afinal, pode o adolescente ser responsabilizado quando o imputável, nas mesmas circunstâncias, não o seria?	559
5.4.	Consequências de um tratamento isonômico entre adolescente infrator e maior imputável	560
5.4.1.	Exercício do direito de queixa ou representação pela vítima.....	560
5.4.2.	Ato infracional de menor potencial ofensivo	563
6.	FLAGRANTE DE ATO INFRACIONAL.....	564
6.1.	Apenas violência real?	565
6.2.	Auto de apreensão em flagrante de ato infracional – AFAI	568

6.2.1.	Formalização	568
6.2.2.	Coautoria entre adolescente infrator e maior imputável	569
6.3.	Boletim de ocorrência circunstanciada – BOC	570
6.4.	Liberação ou restrição da liberdade do adolescente infrator apreendido em flagrante?.....	570
6.5.	Termo de responsabilidade.....	571
6.6.	Transporte do adolescente infrator	572
6.7.	Local destinado à restrição da liberdade do adolescente	572
6.8.	Criança como autora de ato infracional	573
7.	INTERNAÇÃO CAUTELAR DE ADOLESCENTE	573
8.	PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO APURATÓRIO DE ATO INFRA-CIONAL	574
9.	MODELOS	575
9.1.	Auto de apreensão em flagrante de ato infracional – AFAI	575
9.2.	Boletim de ocorrência circunstanciada – BOC	577
9.3.	Termo de recebimento e compromisso de apresentação.....	578

CAPÍTULO VII

MEDIDAS CAUTELARES NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL 579

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	579
2.	APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA GERAL DAS MEDIDAS CAUTELARES PENAIS .	580
2.1.	Conceito.....	581
2.2.	Fundamento e finalidade	581
2.3.	Características.....	582
2.4.	Classificação.....	586
2.5.	Processo, ação ou apenas medidas cautelares penais?	588
2.6.	Afinal, pode o Delegado de Polícia representar por uma medida cautelar penal?	589
2.7.	Poder geral de cautela no processo penal	591
3.	MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS.....	592
3.1.	Prisionais.....	594
3.1.1.	Prisão preventiva	595
3.1.1.1.	Decretação da prisão preventiva: momento e legitimidade para requerê-la e decretá-la.....	596
3.1.1.2.	Pressupostos.....	599
3.1.1.3.	Finalidades específicas	600
3.1.1.4.	Hipóteses de cabimento (arts. 313 e 312, § 1º)	602
3.1.1.5.	Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP	606
3.1.1.6.	Substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar... ..	607
3.1.1.7.	Revogação.....	609
3.1.1.8.	Fundamentação da decisão	610

3.1.1.9.	Prisão preventiva no período eleitoral.....	612
3.1.1.10.	Cumprimento do mandado de prisão em comarca distinta de onde foi decretada.....	614
3.1.2.	Prisão temporária	616
3.1.2.1.	Defeitos originais da prisão temporária.....	616
3.1.2.2.	Decretação da prisão temporária: momento e legitimidade para requerê-la e decretá-la.....	617
3.1.2.3.	Pressupostos.....	618
3.1.2.4.	Finalidades específicas.....	619
3.1.2.5.	Hipóteses de cabimento	621
3.1.2.6.	Prazo	627
3.1.3.	Prisão extradicional.....	629
3.2.	Não prisionais ou alternativas à prisão	631
3.2.1.	Decretação: momento e legitimidade para requerê-la e decretá-la..	633
3.2.2.	Substituição, cumulação e revogação	634
3.2.3.	Pressupostos	635
3.2.4.	Finalidades específicas.....	635
3.2.5.	Medidas em espécie.....	636
3.2.5.1.	Comparecimento periódico em juízo (art. 319, inc. I, do CPP)	636
3.2.5.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares (art. 319, inc. II, do CPP).....	637
3.2.5.3.	Proibição de manter contato com determinada pessoa (art. 319, inc. III, do CPP).....	638
3.2.5.4.	Proibição de ausentar-se da comarca (art. 319, inc. IV, do CPP)	640
3.2.5.5.	Recolhimento domiciliar (art. 319, inc. V, do CPP).....	641
3.2.5.6.	Suspensão do exercício de função pública ou atividade econômica ou financeira (art. 319, inc. VI, do CPP).....	642
3.2.5.7.	Internação provisória (art. 319, inc. VII, do CPP)	642
3.2.5.8.	Fiança (art. 319, inc. VIII, do CPP)	644
3.2.5.9.	Monitoração eletrônica (art. 319, inc. IX, do CPP).....	646
3.2.5.10.	Proibição de ausentar-se do país (art. 320 do CPP)	647
4.	MEDIDAS CAUTELARES REAIS, PATRIMONIAIS OU ASSECURATÓRIAS.....	648
4.1.	Considerações iniciais	648
4.2.	Classificação.....	650
4.3.	Sequestro de bens.....	652
4.3.1.	Conceito, natureza jurídica e finalidades.....	652
4.3.2.	Objeto.....	653
4.3.3.	Pressupostos	655
4.3.4.	Momento e legitimidade para requerer e decretar o sequestro de bens	656

4.3.5.	Sequestro de bens retardado, diferido, postergado ou de ação controlada	657
4.3.6.	Prazo eficaz do sequestro	658
4.3.7.	Utilização de bem apreendido ou sujeito a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública	659
5.	MEDIDAS CAUTELARES PROBATÓRIAS.....	661
5.1.	Interceptação e a Lei nº 9.296/96.....	663
5.1.1.	Distinções conceituais - Interceptação, escuta, gravação e aplicação da Lei nº 9.296/96	663
5.1.1.1.	Interceptação	663
5.1.1.2.	Escuta	664
5.1.1.3.	Gravação clandestina ou captação direta	666
5.1.2.	Interceptação telefônica	671
5.1.2.1.	Requisitos da interceptação telefônica	673
5.1.2.1.1.	Autorização judicial	673
5.1.2.1.2.	Indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal	673
5.1.2.1.3.	Impossibilidade de produção da prova por outros meios disponíveis	674
5.1.2.1.4.	Infração penal punida com reclusão	675
5.1.2.2.	Procedimento da interceptação telefônica	676
5.1.2.3.	Prazo da interceptação telefônica e a sua prorrogação	679
5.1.2.4.	Segredo de Justiça	680
5.1.2.5.	Portabilidade dos aparelhos celulares	680
5.1.3.	Interceptação ambiental (captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos)	680
5.1.4.	É válida a interceptação do Whatsapp Web pela polícia para fins de persecução criminal?.....	682
5.1.5.	A jurisprudência dos Tribunais Superiores e o tema das nulidades nos temas em estudo	683
5.2.	Dados telefônicos, correspondência, dados bancários e fiscal	685
5.2.1.	Fundamentos Constitucionais	685
5.2.2.	Sigilos de dados telefônicos e de dados cadastrais.....	685
5.2.3.	Sigilo dos dados telefônicos e uso do <i>geofencing</i>	701
5.2.4.	Sigilo da correspondência.....	702
5.2.5.	Sigilos bancário e fiscal.....	703
5.3.	Busca e apreensão pessoal e/ou domiciliar.....	704
5.3.1.	A busca (e apreensão) pessoal, abordagem policial, busca e apreensão administrativa e blitz policial.....	705
5.3.2.	Busca e Apreensão domiciliar	713
5.3.2.1.	Cumprimento da medida.....	717

5.3.2.2.	Busca e apreensão em local abandonado (pessoa em “situação de rua”) e o caso do “bunker”	720
5.3.2.3.	Busca e apreensão em escritório de advocacia.....	721
5.3.2.4.	A busca e apreensão domiciliar e a descoberta de outros elementos probatórios.....	722
5.3.2.5.	Uso do rastreador do celular e a necessidade de se representar por mandado de busca e apreensão	725
5.3.2.6.	Busca e Apreensão Itinerante ou Mandado Adesivo	725
5.3.2.7.	O mandado de prisão traz em si uma autorização para o cumprimento de uma busca e apreensão?	727
5.3.2.8.	Delegado pode requisitar imagens do circuito interno do condomínio ou necessita representar por mandado de busca e apreensão?	729
5.4.	Infiltração de agentes.....	730
5.4.1.	Conceito	730
5.4.2.	Requisitos.....	731
5.4.3.	Procedimento.....	734
5.4.4.	O agente infiltrado.....	735
5.4.4.1.	Aspectos criminais	735
5.4.4.2.	Direitos do agente infiltrado.....	736
5.4.5.	A infiltração de agentes de polícia na internet (lei de combate ao crime organizado)	738
5.4.6.	A infiltração de agentes de polícia na internet (ECA)	739
5.4.7.	Infiltração de agentes e ação controlada.....	742
5.4.8.	Tabela Comparativa	742
5.5.	Ação controlada	743
5.5.1.	Procedimento.....	745
5.5.2.	A situação flagrancial dos fatos que ocorreram no curso da ação controlada	747
5.5.3.	Ação controlada entre países.....	748
5.5.4.	Ação controlada e campana.....	748
5.6.	Antecipação cautelar de provas	749
6.	MODELOS	749
6.1.	Representação pela prisão preventiva	749
6.2.	Representação pela prisão temporária	751
6.3.	Representação por medida cautelar alternativa à prisão.....	752
6.4.	Representação por sequestro de bens.....	753
6.5.	Representação pela interceptação telefônica	754
6.5.1.	Modelo a ser utilizado pelo Delegado de Polícia	754
6.5.2.	Modelo a ser utilizado pelo candidato ao concurso público ao cargo de Delegado de Polícia	756

6.6.	Representação por quebra de sigilo telefônico ou de correspondência	757
6.7.	Quebra de sigilo bancário e fiscal	759
6.8.	Representação por busca e apreensão	760
6.9.	Representação por infiltração REAL de agentes policiais – modelo ORCRIM....	761
6.10.	Representação por infiltração VIRTUAL de agentes policiais – modelo OR- CRIM	762
6.11.	Comunicação de ação controlada – modelo ORCRIM.....	764
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		767